

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012087-46.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **JAMILE FERREIRA DOS SANTOS**
Requerido: **Banco Itaú BBA S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que a autora se volta contra cobranças que o réu lhe tem dirigido para quitar dívida a seu cargo, ressaltando que elas se concretizam por intermédio de ligações telefônicas diariamente e fora do horário comercial.

Salientou ademais que sem o seu consentimento o réu obteve o número de telefones de seus ex-patrões e passou a ligar para eles sobre o assunto, o que lhe causou grandes constrangimentos.

Almeja a que o réu se abstenha de realizar cobranças nos moldes referidos e busca o ressarcimento dos danos morais que suportou.

A autora amealhou dados que respaldam satisfatoriamente suas alegações.

Nesse sentido são os documentos de fls. 13/17 e 65/75.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Já o réu em contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora, como seria imprescindível, e tampouco se pronunciou sobre os documentos assinalados.

O cenário traçado conduz à convicção de que as ligações telefônicas nos moldes descritos pela autora aconteceram, ou seja, ela recebeu cobranças insistentes diariamente e fora do horário comercial.

Como se não bastasse, ficou claro que ligações igualmente foram feitas a ex-patrões da autora, não tendo o réu sequer esclarecido de que maneira os números respectivos foram obtidos.

Assentadas essas premissas, anoto que a conduta imputada ao réu implicou violação à regra do art. 42, *caput*, do CDC.

Isso porque se existe alguma dúvida de que ligações constantes, diárias e concretizadas fora do horário comercial seriam aptas a gerar constrangimentos para quem as recebe, o mesmo não se dá com ligações a pessoas que não possuem liame com a dívida cobrada.

Na hipótese vertente, fica ainda mais clara a situação de grande incômodo a que foi exposta a autora quando se constata que tais pessoas eram ex-patrões da autora.

Qualquer pessoa que estivesse no lugar dela não veria com bons olhos que antigos empregadores seus fossem abordados para tratar de débito a cargo dela sem que fosse dada autorização a isso.

Entendo que esse panorama é suficiente para a caracterização dos danos morais na medida em que supera em larga escala os meros dissabores próprios da vida cotidiana, não tendo o réu ao menos na espécie tomado as cautelas que seriam indispensáveis à promoção de cobranças de forma regular.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 1.000,00 (um mil reais), não se podendo olvidar que todo episódio teve início por responsabilidade da autora ao não quitar dívida com o réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 1.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Torno definitiva a decisão de fls. 18/19, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**